

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro

(Porto, 19 de Julho de 1934 — Camarate, 4 de Dezembro de 1980)

Em memória



Quando passou mais um aniversário sobre o brutal e trágico desaparecimento de Sá Carneiro, o “Povo Livre”, o jornal que ele fundou com os seus companheiros da grande aventura política que foi o PPD-PSD, lembra, com saudade, alguns depoimentos que iluminam facetas menos lembradas, do Homem e do Político.

Homenagem a Sá Carneiro, na passagem de mais um aniversário da sua morte



A direcção do PSD anunciou em comunicado que estaria presente na missa em memória do fundador do PSD, o que foi realizado, com a basílica da Estrela cheia, vendo-se, além da Direcção do PSD, encabeçada por Manuela Ferreira Leite, um grande número de personalidades ligadas há social democracia, entre outros, os ex-presidentes do PSD Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes e Luís Marques Mendes, o secretário-geral do partido, Luís Marques Guedes, o líder parlamentar, Paulo Rangel, e o presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro (IFSC), Alexandre Relvas.

À saída da Missa, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, afirmou que “Francisco Sá Carneiro continua a ser uma referência para este país”.

“O dr. Francisco Sá Carneiro continua a ser uma referência para este país. Foi o fundador da social-democracia portuguesa, defendeu estes valores e nós continuamo-los”, afirmou a presidente do PSD aos jornalistas.

Manuela Ferreira Leite acrescentou que o fundador e ex-presidente do PSD “foi uma pessoa, um líder que se impôs pela sua coragem, pela luta pelas causas, pelos valores e, muito especialmente, por ter posto sempre acima dos interesses do partido os interesses do país”.

“Isso é um valor que nem sempre está presente e que é necessário que nós consigamos prosseguir”, concluiu a presidente do PSD.

*

A academia Sá Carneiro, o gabinete de formação da Comissão Política Distrital do PSD/Porto, realizou uma sessão intitulada “PSD, História, Valores e Princípios”, enquadrada na homenagem a Sá Carneiro.

De manhã teve lugar a deposição de uma coroa de flores na praça Francisco Sá Carneiro, no Porto, e à tarde, na Igreja das Antas, haverá uma missa em memória do antigo primeiro-ministro e líder da Aliança Democrática nos anos 80.

À noite, a academia organiza o visionamento de um filme sobre a vida e obra de Sá Carneiro, seguida de uma “sessão evocativa”.

*

O fundador do PSD e ex-presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, sublinhou hoje o carácter “amável” e a “marca” que Francisco Sá Carneiro deixou na política portuguesa, no 28º aniversário da sua morte.

“Esta data evoca sempre a trágica morte de Sá Carneiro, de Adelino Amaro da Costa e de António Patrício Gouveia (...) à medida que os anos passam e em vez de esquecido, Sá Carneiro vê a sua figura e o seu lado político sempre em grande destaque e por isso quero sublinhar a grande satisfação que sinto pela marca que deixou na política portuguesa, no PSD e para aqueles que partilham do ideário social-democrata”, afirmou à Lusa Mota Amaral, que juntamente com Sá Carneiro fundou o Partido Popular Democrático (PPD) - mais tarde designado PSD.

“Recordo-o sempre como uma pessoa amável e como um amigo disponível para muitas lutas no campo político, sempre com o ideal de defender Portugal e a democracia”, referiu o antigo presidente da Assembleia da República, acrescentando que vai estar presente na missa em memória de Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, na Basílica da Estrela, em Lisboa. – Fontes: Lusa, DN, Gab. PSD/ Sede nacional e Porto

“O dia da grande sondagem é o dia das eleições” – afirma a nossa Presidente

A presidente do PSD afirmou no dia 5, e em declarações à Rádio Renascença, que “o dia da grande sondagem é o dia das eleições”, desvalorizando os recentes estudos de opinião, que mantêm o PS como o partido com mais intenções de voto.

Manuela Ferreira Leite salientou que “todos estes barómetros apontam para que o PS não tenha maioria absoluta”.

“Quer dizer que existe uma margem de descontentamento em relação ao PS e ao seu Governo, que nós sentimos no nosso dia-a-dia, que evidentemente é uma margem de esperança que o PSD tem todo o espaço para poder captar”, considerou.

“O dia da grande sondagem é o dia das eleições”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite, manifestou-se segura de que “o PSD, através de uma linguagem de verdade e de seriedade e de falar sempre sobre os assuntos sem qualquer tipo de subterfúgios, tem margem para captar e dar esperança aos portugueses”.

“A verdadeira sondagem há de ser através do voto. Nessa sondagem através do voto eu estou absolutamente convicta de que isso vai acontecer”, afirmou.

A presidente do PSD frisou que os resultados dos estudos de opinião não farão mudar a orientação que definiu para o partido: “Nada me vai fazer alterar aquilo que eu penso que é a verdadeira orientação que o partido deve ter e as propostas honestas e verdadeiras que devem ser feitas. Não me vou desviar em nome de quaisquer sondagens”.

Questionada se está certa de que vai manter-se à frente do PSD até às legislativas de 2009, Manuela Ferreira Leite respondeu que sim, ressalvando que a saúde e a vida não dependem de si: “Naquilo que depende de mim com certeza que eu serei candidata pelo partido nas próximas eleições”.

A presidente do PSD atribuiu os sinais de desunião do partido a algumas “cúpulas dirigentes de distritais” que nunca apoiaram a sua liderança, o que



sublinhou ser “legítimo”.

“Uma coisa que sempre senti no PSD foi a força dos militantes. Eu não tenho nenhuma dúvida de que tenho o apoio dos militantes comigo, total”, assinalou Manuela Ferreira Leite.

Sobre a actuação do Governo, a presidente do PSD acusou o primeiro-ministro de deixar as empresas mais endividadas e a dar apoios “de forma discricionária”, perguntando “porque está a apoiar a banca, o sector automóvel, não passando por outros sectores”.

“Porque não o têxtil ou o calçado?”, interrogou, contrapondo que na sua opinião “a solução para a situação económica e aquilo de que as empresas precisam era que o Governo, o Estado, lhes pagasse as dívidas”.

“Eu quero o sector empresarial liberto do Estado, sem dívidas e a poder progredir pelo seu próprio pé. Uma visão completamente diversa, para além de que não é discricionária”, resumiu, nas declarações à RR.

A Presidente chamou Paulo Rangel à Sede Nacional

A presidente do PSD, revelou também que chamou o líder da bancada social-democrata, Paulo Rangel, à sede do partido para saber quem foram os deputados que faltaram no dia 5 às votações no Parlamento.

“Quis saber quais foram os deputados que se ausentaram quando não se poderiam ter ausentado. Considero isso inaceitável e considero que é alguma coisa que não se pode repetir”, declarou Manuela Ferreira Leite.

Nas votações desse dia hoje poderia ter sido aprovado um projecto do CDS-PP que recomendava ao Governo a suspensão da avaliação dos professores, não fossem as ausências de deputados da oposição.

Como houve seis deputados do PS que votaram a favor ao lado da oposição, uma deputada do PS que se absteve e treze socialistas que faltaram, com mais 22 votos favoráveis o projecto do CDS-PP teria sido aprovado.

Na bancada do PSD registaram-se as ausências de 30 dos 75 deputados e faltaram ainda cinco deputados de outras bancadas da oposição.

“Independente daquilo que estivesse em causa, já chamei cá o presidente do grupo parlamentar para saber exactamente o que é que se passou”, revelou a presidente do PSD, nas suas declarações à RR, considerando que “nunca é admissível que os deputados faltem às suas obrigações e às suas responsabilidades”.

Manuela Ferreira Leite disse que a sua intenção foi “saber exactamente o que é que se tinha passado”.

“Há deputados que estão fora, há deputados a quem foi concedida dispensa por parte do presidente do grupo parlamentar, há deputados que faltaram por qualquer outras razões e há deputados que se calhar, foram lá, assinaram e se foram embora... Isto não é admissível em circunstância nenhuma na função de deputado”, criticou. – Fontes: Lusa, Rádio Renascença





PSD recorda, no Parlamento, a figura de Sá Carneiro e junta-se à lembrança de Amaro da Costa

PSD e CDS-PP recordaram no dia 4, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, prometendo continuar em busca da verdade sobre a queda do avião onde seguiam a 04 de Dezembro de 1980.

“Não deixaremos de fazer tudo para que a Assembleia da República vá onde possa ir para investigar o caso Camarate”, assegurou o deputado do CDS-PP João Rebelo, que no início de uma declaração política no plenário da Assembleia da República lembrou o antigo primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro e o seu ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa.

Menos de um ano depois de ter tomado posse como primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro morreu no dia 4 de Dezembro de 1980 quando o avião em que seguia com o então ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, se despenhou em Camarate.

Recordando o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa e a forma como ainda hoje a sua figura faz jovens despertarem para a política, João Rebelo admitiu a sua revolta por nunca ter sido apurada a verdade sobre a queda do avião onde seguia Sá Carneiro e o seu ministro da Defesa.

“Não pode ser impunemente que perdemos um primeiro-ministro e um ministro da Defesa”, considerou.

Associando-se à homenagem a Amaro da Costa, o PSD fez incidir a sua homenagem, por intermédio de Montalvão Machado, sobre a figura de Sá Carneiro, fundador do PSD, como uma “verdadeira referência”, “um homem com prestígio e qualidade humana”.

“O PSD sempre esteve, está e sempre estará na procura da verdade”, acrescentou ainda Montalvão Machado.

Ainda a este propósito, o deputado do CDS-PP João Rebelo voltou a aludir à possibilidade dos democratas-cristãos proporem a criação de uma nova comissão de inquérito sobre o caso Camarate.

“O CDS-PP irá discutir a oportunidade de uma nova comissão de inquérito para concluir as investigações que aqui foram feitas”, disse, lembrando que foi na Assembleia da República que foram apurados muitos dos factos que hoje são conhecidos sobre o caso Camarate.

“Foi aqui que se apurou a verdade, não foi a investigação ou o Ministério Público”, referiu.

Ao longo dos anos, a Assembleia



da República criou oito comissões de inquérito, e a última concluiu pela tese de atentado para explicar a queda do avião onde seguiam Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

A queda do Cessna em que viajavam para o Porto, logo após a descolagem de Lisboa, provocou ainda a morte de Snu Abecassis, companheira de Sá Carneiro, de António Patrício Gouveia, chefe de gabinete do primeiro-ministro, e dos dois pilotos do aparelho.

A ministra da Saúde, Ana Jorge, “deu um espectáculo deprimente”

A deputada do PSD Regina Bastos defendeu hoje que a ministra da Saúde, Ana Jorge, “não tem a força política que o lugar exige”, denominando-a de “uma simpática mas inexistente sucessora” de Correia de Campos.

No dia 12 de Novembro outro deputado do PSD, Carlos Miranda, já tinha afirmado à agência Lusa que “a ministra da Saúde não tem mais condições de tutelar o ministério”, depois de Ana Jorge ter manifestado **«desconhecer o valor da dívida do sector»**.

Hoje, numa declaração política em plenário, a ex-secretária de Estado da Saúde Regina Bastos recordou o episódio, dizendo que “nunca antes se

assistiu a um Ministro dizer ao país que não sabe qual é a dívida do seu ministério”.

“Este **espectáculo deprimente** foi-nos dado a ver há alguns dias pela actual ministra da Saúde”, acrescentou Regina Bastos.

A deputada do PSD referiu em seguida que “também nunca se assistiu a um ministro da Saúde dizer que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) deve um milhão de euros, quando, na realidade, o ministério deve bem mais de mil milhões”.

“Será que há ministra da Saúde?”, perguntou Regina Bastos, defendendo que “a verdade é que a senhora ministra da Saúde, no mínimo, não tem a força política que o lugar existe”.

A deputada social-democrata sustentou que se Ana Jorge tivesse a “força política” necessária “a Saúde não seria, como é, a área social que regista menos aumento de verbas no Orçamento do Estado” para 2009 e “a Saúde não crescerá abaixo da própria taxa de inflação”.

Segundo a ex-secretária de Estado da Saúde do Governo PSD/CDS-PP de Pedro Santana Lopes, ao escolher Ana Jorge para substituir António Correia de Campos “o engenheiro José Sócrates passou de oitenta para oito”.

“O senhor primeiro-ministro demitiu por excesso de protagonismo, acção desmedida e a reboque do

popular, o anterior ministro da Saúde. Lamentavelmente, para o seu lugar designou uma simpática mas inexistente sucessora”, disse.

PS obriga Cavaco Silva a promulgar Estatuto dos Açores?

Braço-de-ferro? No último veto ao Estatuto dos Açores o Presidente da República qualificou um dos artigos como “inadmissível”. Num desafio a Cavaco, o que era inadmissível volta a Belém sem mudar uma vírgula: o PS vai reconfirmar o diploma

O PS respondeu com um rotundo não às exigências do Presidente da República de alteração ao Estatuto dos Açores. Os socialistas anunciaram que vão confirmar o diploma na Assembleia da República - o que significa que, após dois vetos, Cavaco está agora obrigado a promulgar.

Com esta decisão os socialistas elevam o nível do braço-de-ferro e passam ao desafio declarado a Belém. Ao longo dos últimos meses Cavaco deixou clara a sua oposição à actual redacção do Estatuto. Precisamente o tema em que o PS, pela primeira vez na legislatura, se recusa a mudar o que quer que seja num diploma. Uma decisão que inevitavelmente passou pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e que não deixará de azedar as relações entre São Bento e Belém.

Entem, ao início da tarde, no limite do prazo para a apresentação de propostas de alteração, o PS anunciou que não iria propor qualquer mudança na lei. Alberto Martins, líder da bancada da maioria, começou por dizer que a mensagem de Cavaco à Assembleia, aquando do segundo veto, foi estudada “com toda a atenção” e com o “maior sentido de cooperação”. E acrescentou até que o PS acompanha em “grande medida” as preocupações do Presidente”. Dito isto, anunciou que os socialistas não mudam uma vírgula no texto. Uma “divergência política” com Belém, acrescentou - “Uma vez que o Presidente da República não recorreu ao TC, foi um veto de natureza puramente política. A nossa divergência é também puramente política”. Para o dirigente, os dois artigos em questão “não põem em causa os poderes do Presidente”.

Uma interpretação em todo contrária à que tem tido Cavaco, que chegou a fazer uma declaração ao País



sobre esta matéria. Belém contesta o artigo 114 do diploma, que obriga a que o Chefe do Estado - em caso de dissolução da Assembleia Legislativa Regional - oia não só esta entidade, mas também o líder do executivo da região (actualmente tem de ouvir os partidos e o Conselho de Estado). O segundo motivo de polémica é o artigo 140, que confere aos deputados açorianos o exclusivo na iniciativa de alteração do Estatuto.

A opção a tomar face às reservas manifestadas por Belém está longe de ser consensual no PS. Vários dirigentes do partido defenderam que a maioria deveria dar eco às preocupações do Presidente da República. Segunda-feira José Lello afirmava ao DN que é “preciso contenção”. Ontem, vários deputados da maioria manifestaram-se surpreendidos com o desfecho. “Não havia necessidade de comprar esta guerra”, afirmou um responsável socialista.

Para Joaquim Aguiar, analista político (e membro da comissão política de Cavaco Silva na candidatura presidencial), a decisão socialista revela que para o PS “já não há objectivo para que valha a pena manter a cooperação estratégica”. Ou seja, “essa cooperação acabou”. E o que acontecerá, prognosticou, é que “um conflito político acabará a ser decidido por via judicial” no Tribunal Constitucional.

Uma decisão “irresponsável”

Entre os partidos da oposição, o PSD qualificou a decisão dos socialistas como “ligeira, leviana e irresponsável”. “As razões do PS não têm qualquer cabimento”, afirmou o líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, deixando um apelo à maioria para que altere a sua posição. Se isso não acontecer, o PSD vai pedir ao TC a fiscalização sucessiva da lei. Rangel entregou ontem uma proposta de alteração ao artigo 114. Quanto ao 140, os sociais-democratas defendem que se deve manter. Já o PCP entregou uma proposta, mas de eliminação dos dois artigos. António Filipe sustenta que são inconstitucionais e critica o PS por insistir “numa embirração”. O PCP vai votar agora contra o Estatuto. Posição diferente tem o BE, que votará novamente a favor. O CDS não se

pronunciou ontem.

O líder parlamentar do PSD considerou que a decisão do PS de confirmar o Estatuto dos Açores pode não ser definitiva e continuou a apelar aos socialistas para que mudem de posição e alterem o diploma.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, Paulo Rangel qualificou de “absolutamente inaceitável a posição que o PS veiculou”, referindo-se ao anúncio feito pelo líder parlamentar socialista de que a sua bancada vai confirmar o Estatuto dos Açores.

“O PSD faz um apelo veemente – e fará durante estes dias – para que o PS venha a mudar de posição”, acrescentou.

Questionado se o PSD votará contra, caso o PS mantenha a intenção de confirmar o diploma, Paulo Rangel recusou colocar esse cenário neste momento: “Só vamos tomar uma posição quando nós tivermos a certeza absoluta de que não há qualquer possibilidade de se encontrar uma solução”.

“A nossa questão neste momento é convencer o PS a mudar”, sublinhou.

Interrogado sobre qual a maioria necessária para que o Parlamento confirme o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, Paulo Rangel respondeu que o PSD não tem “ainda uma posição totalmente definida”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, “as duas interpretações [maioria absoluta e maioria de dois terços] têm cabimento”.

“Como a própria lei [o Estatuto dos Açores] tem disposições legislativas que exigem dois terços, é legítimo entender que seja dois terços”, acrescentou.

Paulo Rangel disse que “tudo isso será objecto na conferência de líderes anterior à votação” e admitiu que o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, possa “ter já uma resposta” quanto à questão da maioria necessária.

Ainda sobre o comportamento dos socialistas no processo de revisão do Estatuto dos Açores, o líder parlamentar do PSD acusou os socialistas de adoptarem “uma posição ligeira, leviana, irresponsável”, de “pura teimosia e obstinação, refém de

alguma lógica regional”.

“O PS é um partido que tem muita dificuldade em regiões autónomas, ou as persegue e não as deixa fazer nada ou então serve aquilo que não devia”, observou.

“Nós consideramos que não faz sentido alimentar um conflito artificial com o senhor Presidente da República”, frisou o líder parlamentar do PSD.

Paulo Rangel reiterou que, para o PSD, a redacção do artigo 140º do Estatuto é inconstitucional, impondo ao Presidente da República obrigações que não estão na Constituição, e que por isso o seu partido vai pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma.

Segundo Rangel, o argumento do PS de que o Presidente da República, Cavaco Silva, apenas levantou objecções de ordem política e não de ordem constitucional sobre o artigo 140º “não é um argumento verdadeiro, só parcialmente, porque no veto político podem ser invocadas razões de constitucionalidade”.

A ser confirmado o Estatuto dos Açores, “vai ficar sempre com uma dúvida sobre a sua constitucionalidade, a lei vai estar sempre maculada”, alegou o líder parlamentar do PSD. – **Fontes, Lusa e DN © (Susete Francisco)**

Ministra da Saúde faz trapalhada nas contas da dívida do Ministério que tutela!

O deputado do PSD Carlos Miranda, em declarações à Lusa,

afirmou que os 908 milhões de euros de dívida vencida do Serviço Nacional de Saúde não são “um valor confiável” e acusou o Governo de nos últimos três anos “esconder sistematicamente” as dívidas acumuladas pelo ministério. “Não me parece confiável este valor, a ministra Ana Jorge tem confundido sistematicamente várias coisas: as dívidas dos hospitais a fornecedores com dívidas do SNS aos fornecedores, que são um outro valor completamente diferente. As dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica, de 770 milhões de euros, as dívidas do SNS a fornecedores, à volta dos 350 milhões já não jogam com os 908”, explicou.

Segundo o deputado social-democrata e membro da comissão parlamentar de saúde, o ministério tem “escondido sistematicamente as dívidas acumuladas nos últimos três anos”, algo que deve ser “claramente esclarecido ao país, para que se tenha uma ideia do valor da dívida não orçamentada”.

“Enquanto a ministra não distinguir em que nível está a falar e em que grau de desmembramento é que têm esses 908 milhões de euros, continuamos a falar de número abstractos (...) no final de 2006, a dívida do ministério apurada pelo Tribunal de Contas estava na casa dos 2100 milhões de euros. Não tendo havido abatimento desse valor até hoje, há um acumular de défice de 2006 até cá e esta sucessiva acumulação de défices não pode traduzir-se num abaixamento mas sim num aumento da dívida do ministério”, concluiu o deputado do PSD. – **Fontes: Lusa, DN**





Intervenção do Deputado Fernando Antunes

Proposta de Lei n.º 204/X (Gov)

“Procede à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro”

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A presente Proposta de Lei constitui a terceira alteração ao Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro. Trata-se agora de analisarmos neste Plenário uma alteração ao artigo 76º quando as anteriores diziam respeito respectivamente a uma alteração ao artigo 77º, acerca nomeadamente do conceito e do conteúdo do acto farmacêutico e outra à revogação do artigo 127º.

Visa o Governo com esta alteração redefinir o âmbito de acto farmacêutico retirando a exclusividade na competência para actividades que comportem o uso correctamente prescrito e com a necessária segurança da aplicação de medicamentos veterinários.

Numa palavra, e isso é claro na exposição de motivos, o Governo retira a exclusividade nesta matéria ao Farmacêutico que é uma sua competência perfeitamente dedutível na actual redacção do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 288/2001 e abre-a ao princípio da livre concorrência, intenção perfeitamente clara ao introduzir um n.º 2 no articulado do artigo que, na prática reduz e limita a sua acção neste campo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, acolhe favoravelmente esta Proposta de Lei. Efectivamente quer no quadro legal nacional quer principalmente no âmbito da União Europeia, as boas práticas apontam claramente para a separação das competências de manuseamento do medicamento para uso humano e do medicamento para uso veterinário. Esta Proposta de Lei vem aliás na sequência de alterações legislativas e orgânicas que levam a que já hoje o medicamento de uso humano tenha a supervisão do Infarmed e o medicamento de uso veterinário seja supervisionado pela Direcção Geral de Veterinária.

Importa dizer que esta alteração ao Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos cria condições para a adaptação do quadro legal português ao que são Directivas já aprovadas a nível europeu, que definem claramente as balizas do que é o acto farmacêutico retirando da acção exclusiva do farmacêutico o manuseamento do



medicamento veterinário. Há que ter em conta contudo, aquando da transposição das Directivas Comunitárias para a legislação nacional quais as competências e a abrangência profissional e de formação dos potenciais futuros novos responsáveis pelo manuseamento do medicamento veterinário, já que é um campo onde a irresponsabilidade, a incompetência ou o facilitismo não podem ter lugar porque seria pôr em causa a saúde e a segurança de todos.

Efectivamente o artigo 53º n.º 2 da Directiva Comunitária 2001/82/CE, alterada pela Directiva 2004/28/CE, de 31 de Março, ao alargar a possibilidade do manuseamento do medicamento de uso veterinário a diplomados certificados com formação universitária em disciplinas como farmácia, medicina, medicina veterinária, química, biologia e tecnologias farmacêuticas, impõe ao legislador português, aquando da transposição, a ponderação responsável face à importância para a saúde pública que está em jogo, acerca do quadro de competências dos profissionais que, para além do farmacêutico, vão ter acesso à abertura ao manuseamento do medicamento veterinário. Falo de competências universitárias mas naturalmente de experiência profissional e de formação efectiva neste sector.

Certo de que assim se fará, o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta de Lei.

Disse

Intervenção da Deputada Regina Bastos

PAOD

AR, 4 de Dezembro de 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O Governo está em funções há quase quatro anos.

Já não é tempo de desculpas ou de alijar as responsabilidades próprias.

O que o Governo fez e o que não fez é da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista.

O PS tem pois de assumir perante os Portugueses a sua má governação.

E qual é o resultado da acção do Governo na área da Saúde, ao longo desta Legislatura?

Segundo as mais recentes e credíveis estatísticas internacionais, Portugal é um dos piores países europeus em matéria de acesso aos cuidados de saúde (O estudo é da “Health Consumer Powerhouse”, Novembro de 2008).

De facto, em 31 países europeus, passámos de décimo sexto lugar, em 2006, para vigésimo sexto, em 2008, ou seja, em dois anos caímos dez lugares!

Atrás de nós, encontram-se países como a Roménia, a Bulgária, a Croácia, a Macedónia e a Letónia.

Pior senhores Deputados é impossível.

O que estas estatísticas provam é o que há muito sabemos.

Com o Governo socialista os cuidados de saúde em Portugal pioraram a olhos vistos.

E que diferença vai entre as promessas primaveris da campanha eleitoral de 2005 e a triste realidade deste frio Outono de 2008?

Em 2005 era só facilidades, tudo ia melhorar, os Portugueses iam ter um Serviço Nacional de Saúde com mais qualidade, iam ter maior acessibilidade aos cuidados de saúde e os serviços seriam mais próximos das populações.

Passados quatro anos, o balanço da acção do Governo PS é desolador.

Foram quatro anos de propaganda, de pseudoreformismo e de insensibilidade

social!

Os cuidados de saúde estão mais distantes dos Portugueses.

Quanto aos cuidados primários, o Programa do Governo prometia que, até ao final de 2006, pelo menos 2 milhões de utentes pudessem estar abrangidos por Unidades de Saúde Familiar.

Dois anos depois da data em que a referida promessa deveria ter sido cumprida, 200 mil Portugueses continuam à espera.

Neste processo, mau para todos, as populações do Interior do País têm sido ainda mais penalizadas como o comprova o facto de os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre não terem nenhuma Unidade de Saúde Familiar e de os distritos de Beja, Bragança e Vila Real só terem uma!

Mas o Governo do PS reduziu também os horários de funcionamento de mais de uma centena de centros de saúde, encerrou cerca de 50 Serviços de Atendimento Permanente, fechou mais de uma dezena de serviços de urgência e outras tantas maternidades.

O resultado é que os utentes dos serviços de saúde são obrigados a percorrer dezenas quando não centenas de quilómetros para chegar a um serviço de urgência, tendo depois de esperar horas e horas em urgências congestionadas, à espera que alguém os atenda.

Mas estes apressados encerramentos também obrigam hoje as ambulâncias do INEM e dos bombeiros a andarem num corruptivo a transportar doentes.

Tudo o contrário do que a Saúde precisa: segurança, proximidade e rapidez.

O Governo socialista olha para estes valores com insensibilidade, indiferença e até irresponsabilidade.

Quanto ao INEM, por mais qualificados e dedicados que sejam os seus técnicos e profissionais, não consegue e não pode responder eficazmente ao crescente número de pedidos de socorro que lhe são dirigidos, assim se multiplicando os casos em que a espera e a distância excessivas têm resultados



dramáticos e escusados.

Já quanto às maternidades, a consequência foi a da transformação das ambulâncias em autênticos blocos de parto ambulantes, onde todas as semanas nasce uma criança em plena estrada.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Se os cuidados de saúde estão mais distantes dos Portugueses, a verdade é que também são hoje mais caros do que quando o PS chegou ao governo.

A título de exemplo: a estagnação do crescimento do mercado de medicamentos genéricos tem um significado: os Portugueses pagam mais quando muitas vezes não podem.

E esta estagnação é tanto mais grave quanto é certo que estudos demonstram que, se a quota de mercado dos genéricos subisse para 50%, a poupança dos utentes poderia chegar aos 450 milhões de euros anuais.

Mais, o Governo aumentou as taxas moderadoras nas urgências em mais de 30% e criou verdadeiros impostos para os doentes internados ou operados no SNS, que agora no Orçamento de Estado diminuiu para metade.

Aliás, taxas que nunca serviram para moderar nada segundo o próprio ex-Ministro da Saúde, Correia de Campos admite no seu livro:

“Estas taxas servem para habituar os Portugueses a pagar os serviços de saúde.” Disse.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Quanto a novos Hospitais, muitas foram as promessas deste Governo.

Os Governos do PSD tinham previsto construir 10 hospitais entre 2008 e 2010.

O PS prometeu construir novos Hospitais em Lisboa, em Faro, no Seixal, em Loures, em Cascais, em Braga, em Vila Franca de Xira, em Évora, em Vila Nova de Gaia e em Vila do Conde/Póvoa do Varzim.

Quatro anos depois, quantos destes hospitais ficaram ao serviço das populações?

Nenhum, Senhores Deputados.

Esta é a não obra do Partido Socialista.

Para as pessoas: nada.

Para a propaganda política: tudo!

Este é o verdadeiro lema do Governo socialista.

É urgente denunciar, de novo, a escandalosa operação que o Governo se prepara para desencadear nos próximos dias, nomeando cerca de mil *boys* da clientela do Partido Socialista.

Falo das chefias dos Agrupamentos de Centros de Saúde – os ACES –, um novo corpo de comissários políticos do Partido Socialista, que se assumirá como um poderoso instrumento de condicionamento das liberdades dos funcionários públicos.

Mas esse é o objectivo do Governo socialista.

Ganhar a todo o custo, utilizando todos os meios.

Mesmo o do assalto ao aparelho do Estado e da Administração Pública.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Este último Orçamento do Estado, aprovado apenas pelo Partido Socialista, evidencia também o total descontrolo em que o Governo caiu na área da Saúde.

Continua a suborçamentação da Saúde.

As contas públicas não estão em ordem.

O Ministério da Saúde joga às escondidas com o endividamento do SNS e obriga os seus fornecedores a financiar a despesa pública.

A verdade é que a Senhora Ministra da Saúde, no mínimo, não tem a força política que o lugar exige.

Se assim fosse, a Saúde não seria, como é, a área social que regista menor aumento de verbas no Orçamento do Estado para o próximo ano.

Se assim fosse, a Saúde não cresceria abaixo da própria taxa de inflação.

Mas será que há Ministra da Saúde?

O Senhor Primeiro-Ministro demitiu por excesso de protagonismo, acção desmedida e a reboque do protesto popular o anterior Ministro da Saúde.

Lamentavelmente para o seu lugar designou uma simpática mas inexistente sucessora.

O Eng^o José Sócrates passou de oitenta para oito.

De facto, nunca antes se assistiu a um Ministro dizer ao País que não sabe qual é a dívida do seu Ministério. Este espectáculo deprimente foi-nos dado a ver há alguns dias pela actual Ministra da Saúde.

Também nunca se assistiu a um Ministro da Saúde dizer que o SNS deve um milhão de euros, quando, na realidade, o Ministério deve bem mais de mil milhões.

Temos hoje um Serviço Nacional de Saúde com dívidas superiores a dois mil milhões de euros, e um Governo que esconde dos Portugueses o verdadeiro estado em que se encontram as finanças públicas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD acredita nos princípios do Estado Social e nas virtualidades do Serviço Nacional de Saúde.

Acreditamos no Estado como entidade vocacionada para realizar o bem comum e proteger os mais desfavorecidos.

Termino fazendo um repto para que, nas próximas eleições, os Portugueses escolham o conteúdo e não a forma, a verdade e não a propaganda, a seriedade.

Portugal não está condenado a ser dos piores países da Europa em termos de acesso aos cuidados de saúde.

Os Portugueses merecem mais e merecem melhor!

Intervenção da Deputada Regina Bastos

PAOD

AR, 4 de Dezembro de 2008

Eurodeputada Assunção Esteves lança iniciativa no Parlamento Europeu para proteger os direitos humanos em lares e prisões

“Abram o caminho para os direitos humanos nas instituições fechadas!”

Porque a violência e o abuso atinge, anualmente, centenas de milhares de cidadãos enclausurados em prisões, em lares de terceira idade e de menores, Assunção Esteves, pede, através de uma declaração escrita, que haja um maior controlo destas instituições:

“A um controlo oficial deve juntar-se um controlo por cidadãos autorizados por lei, vindos de organizações representativas e lançando um novo escrutínio sobre o modo como a dignidade se cumpre para lá dos muros”.

Menores, idosos e reclusos são alvos fáceis de várias formas de violência nas instituições: perseguição por parte dos funcionários, comportamento agressivo entre



residentes e negligência.

O abuso que sofrem vai desde a perseguição física directa através de actos de violência, falta de cuidados de higiene e subnutrição à violência emocional e psicológica (agressões verbais e indiferença no tratamento).

É preciso mostrar o que verdadeiramente se passa nestas

instituições a quem assiste de fora, como defende Assunção Esteves:

As instituições fechadas são lugares em que se conjugam a fragilidade e a dependência, zonas de penumbra distanciadas da opinião pública, dos media e, por isso mesmo, dos decisores políticos. É nesses lugares que o risco de violação dos direitos humanos atinge o seu ponto máximo, e a sua concretização, o grau mais insuportável.”

A iniciativa partiu da deputada portuguesa, mas conta com o apoio e a co-assinatura dos chairmen/presidentes de três comissões do Parlamento Europeu: Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Subcomissão dos Direitos do Homem. Conta também com a assinatura do autor, este ano, do relatório anual dos direitos fundamentais na UE. Cada um representa um grupo político diferente no PE, o que demonstra a transversalidade política do tema.

Nota: O que é uma declaração escrita?

Os deputados europeus podem recorrer às declarações escritas para lançarem ou relançarem o debate sobre um assunto que se enquadre na área de competências da União. Para apresentar uma declaração escrita, um grupo de cinco deputados, no máximo, propõe aos seus homólogos que aprove um texto, aponto neste a sua assinatura. O prazo para a assinatura da declaração escrita é de três meses, findo o qual a declaração caduca, se não tiver recolhido as assinaturas necessárias. Quando uma declaração escrita tiver recolhido a assinatura da maioria dos membros que compõem o Parlamento, a declaração é transmitida às Instituições nela mencionadas, com indicação do nome dos signatários. A declaração escrita não tem valor vinculativo, mas constitui um forte sinal político transmitido às instituições a que se dirige.

Carlos Coelho denuncia tratamento irregular de portugueses por autoridades belgas

O Deputado Carlos Coelho questionou, hoje, a Comissão Europeia sobre a legalidade de actuação por parte da Câmara Municipal de Borgerhout, Antuérpia, no que respeita ao reconhecimento mútuo de cartas de condução.

Desde 1 de Julho de 1996 (entrada em vigor da Directiva 91/439/CEE) os Estados-Membros da União Europeia emitem cartas de condução segundo “o modelo comunitário” de carta de condução a fim de facilitar a compreensão e o reconhecimento mútuo de cartas emitidas na União Europeia.

Todavia cidadãos portugueses que se deslocam para trabalhar na Antuérpia e ali estabelecem “residência habitual” defrontam-se com um conjunto de obstáculos e burocracias exigidas pela Câmara Municipal de Borgerhout (Gemeente Borgerhout) que, ao contrário do disposto na lei comunitária, não reconhecem a validade da Carta de condução portuguesa obrigando a um registo belga da mesma, exigindo encargos aos emigrantes portugueses tais como certificados de validade outorgados pela DGV, traduções oficiais para neerlandês, e historial de acidentes e infracções do titular da Carta.

O Deputado Carlos Coelho ao tomar conhecimento destas situações reagiu de imediato e pediu a intervenção da Comissão Europeia. O artigo 1.º/2 da Directiva 91/439/EEC é claro ao estabelecer que as licenças de condução são mutuamente reconhecidas. Assim os cidadãos comunitários não são mais obrigados a transportar a carta de condução mesmo na circunstância de serem residentes num Estado-Membro que não seja aquele em que a licença de condução foi emitida.

Esta situação reveste um grave violação do direito comunitário e direitos dos cidadãos portugueses, enquanto cidadãos comunitários, perpetrada pela Administração local belga.

“Duarte Freitas pretende medidas mais efectivas para o desenvolvimento sustentado da pesca na UE.”



A Comissão Europeia lançou recentemente uma Comunicação onde pretende chamar a atenção para a importância da PCP (política comum de pescas) na aplicação de uma abordagem ecossistémica da gestão do meio marinho.

Esta abordagem ecossistémica constitui um objectivo global de vários acordos internacionais assinados pelos Estados-Membros, nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Declaração da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002.

Duarte Freitas considera que “esta abordagem não pode, nem deve, limitar-se a um único sector específico, mas ser de natureza transsectorial, seguindo aliás os guide-lines traçados pela Nova Política Marítima Europeia.”

Quanto ao papel que a PCP poderá desempenhar neste contexto, Duarte Freitas entende que “a PCP deverá estabelecer um quadro transsectorial para a gestão do meio marinho integrando políticas integradoras específicas, como é o caso da Directiva para o Meio Marinho”

Para o Deputado Social Democrata, “a abordagem integrada aplicada através da política marítima e do seu pilar ambiental – a estratégia para o meio marinho



– será totalmente proveitosa para uma pesca sustentável, na medida em que garante a gestão integrada de todas as interações humanas, ambientais e económicas no domínio marítimo.”

Duarte Freitas considera fundamental que “a Comissão Europeia promova práticas de pesca mais ecológicas com recurso a artes de pesca mais selectivas, capazes de reduzir as capturas indesejadas e o consumo de combustível durante o período de faina. É também desejável que a Comissão Europeia avance com uma pacote de medidas concretas com vista a aplicar sistemas de controlo e fiscalização mais apertados no que diz respeito aos desembarques de pescado, capturas ilegais, e rejeição ao mar de pescado não desejado (devoluções) e outras práticas que colocam em risco o equilíbrio dos ecossistemas marinhos.”

Duarte Freitas concluiu ainda dizendo que “a abordagem ecossistémica da

gestão do meio marinho tem múltiplas vantagens para as pescas. O sector das pescas é, provavelmente, o sector marítimo que mais directamente depende do bom estado dos ecossistemas marinhos, pelo que é também aquele que mais tem a lucrar com a protecção integrada desses ecossistemas.”

O relatório final da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, que inclui propostas do Deputado Europeu Duarte Freitas, deverá ser votado em plenário ainda durante o mês de Dezembro.

“Comissão Europeia prejudica sector das pescas português, nas barbas do Ministro Jaime Silva”



A Comissão Europeia, seguindo pareceres científicos recentes do ICES (International Council for the Exploration of the Sea), decidiu alterar a unidade de gestão de carapau ibérico, separando a subzona VIII-c (mar cantábrico) da subzona IX-a (costa oeste de Portugal) CIEM.

Fazendo parte da mesma unidade de gestão até 2008, a zona VIII-c e IX-a passarão a ser geridas de forma distinta já a partir de 2009.

No entanto, para Duarte Freitas, “o rearranjo geográfico desta unidade de carapau ibérico não foi efectuado com total transparência e isenção”.

O Deputado Europeu social democrata considera que “a redistribuição geográfica apresentada pela Comissão Europeia para esta espécie não foi acompanhada pela reponderação do TAC respectivo, nem da redistribuição de cota das partes

interessadas (Portugal, Espanha e França) com base no princípio que aqui se impunha – princípio da estabilidade relativa.”

Duarte Freitas afirma que, “a Comissão Europeia violou o princípio da estabilidade relativa, ao propor a não alteração do equilíbrio que vigorou até 2008 nas quotas de carapau de Portugal e Espanha (45,5%- 53,8% a favor de Espanha), ignorando que a área de gestão e as frotas intervenientes na pescaria são agora distintas”.

O Eurodeputado do PSD considera que “Portugal está a ser claramente prejudicado com esta habilidade da Comissão Europeia e considera “lamentável que mais uma vez o Ministro das Pescas português esteja distraído relativamente a uma questão que é de capital importância para o sector das pescas nacional”.

Duarte Freitas acrescentou que “o levantamento dos desembarques históricos de carapau na subzona IX-a CIEM, se considerássemos, por exemplo, os últimos 5 anos de

histórico, apontariam para a atribuição de uma quota de 59,5% para Portugal e 46,2% para Espanha, o que no actual quadro não acontece. Considerando o preço médio nacional na 1ª venda de carapau, nos últimos 5 anos, e com a actual proposta da Comissão Europeia, Portugal sai economicamente lesado entre 4.000.000 € e 7.000.000 € por ano”

Duarte Freitas formulou já uma questão escrita à Comissão Europeia pedindo explicações para aquilo que considera ser “uma tremenda injustiça para o sector das pescas nacional”.

O que nunca chega aos jornais, ou os “Momentos Chávez” de José-Sempre-Em-Campanha-Sócrates!

No início desta semana João César das Neves publicou no Diário de Notícias um artigo muito crítico do jornalismo português (*Nota: transcrito no “Povo Livre”*). Contrariamente à habitual reacção corporativa, o artigo foi abafado num grande silêncio, como se as suas palavras queimassem de mais para serem sequer lembradas. Nele se escreviam estas verdades como punhos:

“A nossa imprensa traz pouca informação. Muita análise, intriga, provocação, boato, emoção, combate, mas pouca informação (...). Assiste-se a uma verdadeira caça ao deslize, empolado até à hilaridade. (...) Aliás, relatar o sucedido é o que menos interessa. O jornalista vai ao evento para impor a agenda mediática que levou da sede.

O mais curioso é que, embora a imprensa escrita e falada seja intensamente opinativa, nunca se assume em termos políticos. (...) O público não é informado da orientação do meio que escolheu, porque todos dizem apenas a verdade. Todos os repórteres têm opinião, mas todos são isentos de orientações e partidarismos.”

Não há semana que não forneça novos exemplos a esta degradação e muito do que acontece nem sequer é conhecido do público, ou porque não interessa aos jornalistas, ou porque eles não estão lá. Esta semana tive ocasião de assistir em directo e, de algum modo, participar num evento que ilustra de forma exemplar como se faz informação em Portugal. Convidado a participar no 2.º Encontro Nacional de Centros Novas Oportunidade, pude assistir ao modo como as coisas funcionam e como chegam (ou não chegam) ao conhecimento público.

Saudei desde início o programa das Novas Oportunidades como uma política pública com relevo para um país como Portugal onde a baixa qualificação é um dos mais graves problemas nacionais. Os objectivos do programa foram definidos pelo primeiro-ministro:

“A estratégia da Iniciativa Novas Oportunidades tem dois pilares fundamentais. Em primeiro lugar, fazer do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção, dando oportunidades novas aos nossos jovens. (...) O segundo pilar é o de elevar a formação de base dos



activos. Dar a todos aqueles que entraram na vida activa com baixos níveis de escolaridade, uma nova oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos.”

O arranque da iniciativa foi muito positivo e levou muitos portugueses a revalorizarem o saber, o ensino, a escola, que de há muito tinham abandonado e procurar uma certificação para que estavam habilitados. Embora o entusiasmo inicial tenha esmorecido, o que se compreende, a amplitude do trabalho já realizado merece reconhecimento e mérito, embora seja tempo de começar a medir-se os resultados. Na verdade, as boas intenções não chegam: o país já desbaratou milhões em programas de formação profissional com escasso resultado, como aconteceu com os cursos financiados pelo Fundo Social Europeu.

Eu conhecia o programa oficial do encontro, onde participava num dos debates, **só que, na verdade, o que aconteceu foi mais uma sessão preparada para que o primeiro-ministro tivesse a sua dose diária de televisão, num evento “positivo”, com a vantagem de poder fazer um comício para 1500 pessoas, professores** na sua esmagadora

maioria, que tinham que lá estar por obrigação profissional. **No programa oficial não há qualquer menção à presença do primeiro-ministro**, devendo o encontro ser aberto pela ministra da Educação e pelo ministro do Trabalho. Só que se percebia de imediato, pelo aparato na rua, que ia haver um participante não anunciado, José Sócrates. **Aliás, a comunicação social também fora prevenida**, porque estava lá um batalhão de jornalistas, câmaras, carros de reportagem, etc. Este chegou com quase uma hora de atraso, sem qualquer pedido de desculpas, e tudo esperou por ele.

Eu, que não gosto de ser “levado”, ainda hesitei se continuaria ou não na sala, mas decidi continuar, caminhando para a última fila. As intervenções dos ministros da Educação e do Trabalho foram sóbrias e correspondentes ao espírito de um encontro de trabalho, como era suposto este ser. Só que depois veio o primeiro-ministro e, no meio da agitação dos jornalistas, fez o seu comício diário para a televisão, cheio de “paixões” e “desejos” e “intenções” e sentimentos vários a que, obviamente, só o seu Governo respondeu na história da nação. As Novas Oportunidades somaram-se a muitas outras “mais importantes”

iniciativas do Governo. **Em cada uma ele diz que é “a mais importante”, mas ninguém dá pelo contra-senso.**

Nunca como ali me pareceu mais certa a classificação que dei de **“momentos Chávez” a essas intervenções**. Chávez tem um espaço diário oficial na televisão e rádio, numa comunicação social governamental e típica dos generais Tapioca que pululam na América Latina. José Sócrates tem o mesmo, só que feito doutra maneira. Na agenda do seu dia há sempre um pequeno comício que as televisões, a começar pela RTP, cobrem obedientemente e ele, todos os dias, como Chávez, aparece na televisão.

O momento-Chávez de hoje foi no anúncio do Hospital de Braga. Em maqueta.

O caso é único na Europa, onde não se imagina uma prelecção diária de propaganda de Zapatero, Sarkozy, Merkel ou Gordon Brown. Estes aparecem no exercício das suas funções, mas de modo muito diferente de Sócrates. Os nossos jornalistas não se apercebem, ou apercebem-se bem de mais, do seu papel de instrumentos de propaganda, sem qualquer conteúdo informativo, e acham natural o que se passa.

Terminado o comício, Sócrates saiu com ele os jornalistas todos (se algum

Artigo de opinião (1)

ficou não dei por ela). Quando resolvi ficar, decidi também que iria acrescentar à minha comunicação sobre as Novas Oportunidades, algo mais: uma referência à politização e governamentalização daquela iniciativa, e aos seus efeitos perversos bem visíveis, ouvindo-se o primeiro-ministro. Foi o que fiz, referindo como sinais dessa politização, que pode pôr em causa os objectivos das Novas Oportunidades, a obsessão pelas estatísticas e os números redondos (por muitos números redondos que se atirem, o objectivo apontado para 2010 de um milhão de participantes está muito longe de ser alcançado), a condição básica de exigência na certificação, e, por fim, a necessidade de medir os resultados do programa por uma avaliação externa e pelo seu impacto na empregabilidade e no aumento da produtividade nacional.

Parece que referir esta necessidade de resultados mensuráveis, a prazo sem dúvida mais dilatado, incomoda muita gente, mas é inteiramente coerente com os objectivos da iniciativa, porque não se pode considerar que a “batalha da

qualificação” se fica só pelos “saberes” mais ou menos intangíveis dos participantes ou por um diploma que não serve para nada. Que estas preocupações são partilhadas pelos formadores presentes na sala, que também não devem ter gostado muito do comício a que foram obrigados a assistir, está o facto de eu ter sido o único participante a receber palmas em plena intervenção e exactamente nas partes mais críticas para a governamentalização da iniciativa. Mas o que aconteceu foi mais um não-evento, como muitos outros que devem ocorrer pelo país fora, e que não encaixam no padrão comunicacional da subserviência ao poder.

Eu sei que este meu artigo traduzido em “jornalists” dá qualquer coisa como isto: ele quer comparar-se ao primeiro-ministro de Portugal no “critério jornalístico”, e está danado por ter ido lá dizer coisas a despropósito, ninguém lhe ter ligado e não vir nos telejornais. Nem sequer precisam de se esforçar, porque eu sei o que as casas gastam. Se isto não vier nos jornais, vem nos blogues dos

jornalistas. Mas, voltando ao sério, continuam para mim de pé as afirmações mais duras de César das Neves:

“O actual Governo goza de clara benevolência jornalística. Apesar da contestação e inevitáveis ‘gaffes’, o tratamento não se compara com o dos antecessores. (...) Muitos dos que relatam o jogo participam nas equipas. Quando o jogo se suja, avolumam-se as suspeitas. Isto ainda não afecta o poder da imprensa, mas já degrada a classe.”

Os jornalistas sérios sabem que é assim, mas mesmo esses deviam fazer mais do que o que fazem para não pecarem por omissão. **Também se vai para o Inferno por isso.**

Adenda

Vale a pena fazer alguma coisa de sério na política?

Valer, vale, mas é em grande parte inútil, porque fica desconhecido, tem o décimo do efeito, e não chega sequer aos seus destinatários. Os jornalismo

político que se faz hoje precisa de mostrar sempre uma mesma imagem dos políticos, entre o jongleur inábil e o carreirista cínico e dominado pelo interesse próprio. Sempre que alguém faz diferente é ignorado para não estragar o estereótipo. Um excelente artigo de João César das Neves colocava estes problemas do jornalismo dos dias de hoje e o seu papel na produção da irrelevância.

Na semana passada houve um magnífico exemplo. O modo como os jornalistas, trataram uma das iniciativas mais sérias da vida política portuguesa dos dias de hoje (**o trabalho do Instituto Francisco Sá Carneiro**), é capaz de desmoralizar o mais determinado cidadão que acha que a política se deve fazer de forma séria e com trabalho. Procurem nos jornais do dia seguinte com uma lupa qualquer notícia, apesar da sala estar pejada de jornalistas, curiosos apenas por ver se havia alguma gaffe nos discursos!

- (*) © *Professor Universitário, Escritor, comentarista político*

Artigo de opinião (2)

Há gente capaz de tudo...

Vasco Graça Moura (*)

É vergonhosa a maneira como há gente que está disposta a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para tentar apagar Manuela Ferreira Leite da liderança do PSD. E será preciso da parte dela haver muita serenidade, muita firmeza e muita determinação para evitar uma instabilidade interna que os seus adversários desejam e não cessam de estimular por todos os meios.

As últimas semanas têm mostrado que a via da contestação a Manuela Ferreira Leite tanto pode ser directa como indirecta: tanto há quem avance com a proposta, delirante e suicidária, da realização de um congresso extraordinário antes das eleições, como quem instigue uma aliança, diátria e promiscua, de gente da maioria, gente da comunicação social e gente do próprio PSD, capaz de insinuar, de distorcer, de manipular tudo o que for preciso quanto ao que quer que Manuela Ferreira Leite diga ou faça. O que é importante é alimentar a confusão e criar um ruído estridente em torno dela, de modo a impedir que a sua mensagem passe.

Por isso, a mesma gente se mostra capaz de tudo: é capaz de ir moendo e remoendo insinuações e remoques; é capaz de apostar sobretudo em desgastar incessantemente a imagem da presidente do PSD, interpretando os silêncios e as palavras, dela ou de terceiros, da maneira mais cavilosa; é capaz de descortinar indícios e intenções nas atitudes mais anódinas; é capaz de sacar conclusões à força disto e daquilo, até se chegar ao grau pleno de intoxicação da opinião pública que é o de tudo ir dar ao mesmo: se alguém, por hipótese um “notável” do partido, fala, é porque quer contestar a liderança, diga o que disser; se se mantém calado, é pela mesma razão... Nem se pense que isto é uma caricatura. Basta abrir os jornais. Toda a gente tem alguma coisa a interpretar sibilinamente e muito poucos se mostram dispostos a prestar atenção, a escutar, a reflectir sobre a realidade.

Por sua vez, um congresso extraordinário não poderia pôr termo ao mandato da presidente do partido. Daí que a própria ideia, tal como é servida, tenha em si qualquer coisa de abusivo e inaceitável. Os interessados na sua convocação anunciam a sua intenção de apelar a Marcelo Rebelo de Sousa para que ele assumia a liderança partidária. Mas sendo evidente que Marcelo não estaria disposto a fazê-lo (e até já o disse), tal apelo surge como um simples expediente. Agita-se um nome com elevadíssima cota de prestígio para tentar alçar à presidência do partido quem encapotadamente esteja por detrás da manobra, já contando, à partida, com a resposta negativa de Marcelo e já tendo a operação devidamente preparada, com a maior

probabilidade...

Há nomes que perderam rapidamente toda a credibilidade e que, à falta de melhor valor facial, recorrem a truques deste género.

A finalidade é, evidentemente, a de tentar arrastar Manuela Ferreira Leite para a conclusão da ingovernabilidade do PSD, de modo a fazê-la renunciar. Penso que essa gente está muito enganada e não poderá ir muito longe.

Em qualquer caso, e a supor que era possível a substituição da líder num congresso, esse seria o caminho mais curto para a derrota completa nas eleições de 2009... O PSD teria entrado numa instabilidade definitiva e numa autofagia irremediável, sem possibilidades de entendimento interno entre as facções que disputam o poder e sem capacidade de mobilização no exterior. Mas esta perspectiva, por estranho que pareça, não cria nenhum alarme especial nas almas envolvidas. É provavelmente isso mesmo que elas desejam.

Há muito quem não esteja interessado em analisar e acompanhar com serenidade o que se passa e muito menos em ver simplesmente o que Manuela Ferreira Leite pode fazer e está a fazer enquanto líder do maior partido da oposição. Numa altura de crise, em que se requer frieza, ponderação, competência e experiência da parte de quem faz oposição, pretende-se que uma actuação política com essas características, como a dela, ceda em favor da demagogia, do populismo e do imediatismo. Há gente capaz de tudo.

- (*) *Escritor, Euro-Deputado pelo PSD*



Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro

(Porto, 19 de Julho de 1934 — Camarate, 4 de Dezembro de 1980)

Em memória

Quando passou mais um aniversário sobre o brutal e trágico desaparecimento de Sá Carneiro, o “Povo Livre”, o jornal que ele fundou com os seus companheiros da grande aventura política que foi o PPD-PSD, lembra, com saudade, alguns depoimentos que iluminam algumas facetas menos lembradas, do Homem e do Político.

André Abrantes Amaral escrevia, há alguns anos, que «Francisco Sá Carneiro conseguiu conciliar inúmeras características, todas elas raras num governante português. Sá Carneiro gostava do poder. Lutava por ele e nessa luta dava tudo o que tinha. Arriscava. Avançava e recuava. Baralhava os adversários e surpreendia os aliados. Tinha um projecto em mente, mas adaptava a estratégia de acordo com a maré do momento. Era um animal político excepcional. A juntar-se a esta inestimável qualidade, Sá Carneiro não queria o poder pelo poder, mas com o intuito de o usar para os fins que considerava dignos. Em 1980, esses eram um Portugal não socialista, europeu e pronto na sua aliança atlântica, naquela que era uma luta contra o comunismo soviético que à data ameaçava um Ocidente sem perspectivas de vitória. Sá Carneiro não era um liberal no sentido que o utilizamos hoje mas, ao não partilhar dos ideais socialistas, era contra sistema. Outra característica muito pouco portuguesa. Era contra, mas quis mudá-lo por dentro, de forma pacífica, sem revoluções, através de uma reforma digna desse nome, profunda e que limpasse o país de décadas de paternalismo. O então líder do PSD, que nunca receou enfrentar os barões do seu partido, julgava ser a altura de acreditar (julgo ser a essa a sua mensagem mais importante) nos portugueses. Nos homens e mulheres que todos os dias trabalham, pensam e sabem como preparar a sua vida melhor que ninguém, melhor que qualquer governo. Viver a política sem limites, ter uma perspectiva a longo prazo, adequando as mudanças possíveis às condições do presente, conseguir forçar as mudanças, dramatizando mas sem radicalizar a acção política. Eis algo que falta a muitos dos nossos políticos. Algo que não prezam os que hoje, na informação, analisam e comentam a política. Num momento em que sentimos os momentos difíceis que

atravessamos, em que adiamos a única solução possível, num país com um receio enorme em analisar o seu passado, o exemplo de Francisco Sá Carneiro é sempre de relembrar. A melhor forma de derrotar o imobilismo que de nós se apoderou. A mediocridade de quem todos os dias condescende dizendo que nada é fácil. Como se fácil fosse o mesmo que simples...»

Uma vida

Foi um dos políticos mais marcantes do século XX português. A luta pela democracia norteou-lhe a vida. Foi um herói romântico que desafiou os preconceitos da sociedade onde vivia. Fundou o Partido Popular Democrata (PPD) e em 1980 tornou-se primeiro-ministro. Francisco Sá Carneiro chegou ao fim como viveu: de forma brutal. Morreu num acidente de avião, cujas circunstâncias não foram completamente esclarecidas (pelos tribunais), mas que uma comissão de inquérito do Parlamento não hesitou em classificar – como o Povo fez, logo de início... - de atentado.

“Sá Carneiro ajudou-nos a mobilizar contra todo o tipo de ditadura”, diz Fernando Seara, presidente da Câmara de Sintra.

“Antes quebrar que torcer” é um ditado popular que encaixa perfeitamente no perfil de Francisco Sá Carneiro. Era um homem com fortes convicções e um enigmático carisma. O seu entusiasmo contagiava. Fez parte do restrito lote de políticos que foram admirados por amigos e adversários. Assumiu com frontalidade a sua visão para o País. De acordo com Marcelo Rebelo de Sousa, o seu objectivo era “a construção de um estado democrático integrado na Europa”. Foi um elo entre dois mundos: espalhou a utopia de um país livre e recebeu apoio amplo da comunidade nacional.

Francisco Sá Carneiro nasceu no Porto no dia 19 de Julho de 1934. Cresceu no seio de uma família da alta burguesia. Aos 22 anos concluiu o curso de Direito e principiou a sua carreira profissional como advogado. Católico praticante, frequentou os círculos mais progressistas da Igreja. Foi aqui que começou a defender publicamente a transformação do regime numa democracia parlamentar.

Em 1969, foi eleito deputado pelas listas da Acção Nacional Popular, o partido único. Sá Carneiro foi um dos



membros destacados da ala liberal do parlamento, durante a “primavera marcelista”. Tomou iniciativas que tinham como objectivo a criação de uma democracia típica da Europa Ocidental. Uma delas foi a elaboração de um projecto de revisão constitucional. Percebendo que não atingiria os seus fins, preferiu renunciar ao mandato de deputado.

Em 1973, começou a escrever uma coluna de opinião no semanário “Expresso”. A censura colocou alguns entraves à publicação. Apesar disso, a mensagem passou. “Conseguiu mobilizar a consciência da sociedade civil”, afirma ainda Fernando Seara.

Após a Revolução dos Cravos, Sá Carneiro fundou o Partido Popular Democrata (PPD), juntamente com Francisco Pinto Balsemão e José Magalhães Mota. Foi o primeiro secretário-geral e afirmou-se, desde logo, como líder histórico do Partido. Dizia aquilo que pensava, mesmo que fosse politicamente incorrecto. Foi um

dos primeiros a criticar a influência que o movimento das forças armadas exercia na política nacional. Este tipo de atitudes fez com que muitos o considerassem “um perturbador”, afirma o historiador Rui Ramos. Francisco Sá Carneiro foi ministro sem pasta em diversos governos provisórios. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte e, mais tarde, para a I Legislatura da Assembleia da República.

Em 1977, o PPD passou a chamar-se Partido Social-Democrata (PSD). Sá Carneiro demitiu-se da liderança, devido a divergências políticas. Seria reeleito no ano seguinte, para desempenhar a mesma função. Em finais de 1979 criou a Aliança Democrática, coligação entre o PSD, o CDS, de Diogo Freitas do Amaral, e o Partido Popular Monárquico, de Gonçalo Ribeiro Telles. A coligação venceu as eleições legislativas desse ano - com maioria absoluta. Foi a primeira vez que um líder da oposição



passou a chefiar o governo, ganhando as eleições. Para o historiador Rui Ramos, esta vitória tem tudo que ver com a força de Sá Carneiro. “Apresentou um projecto suficientemente claro para cativar o eleitorado.”

Tomou posse em 3 de Janeiro de 1980.

Passados 11 meses, a tragédia bateu à porta. Em 4 de Dezembro, em plena campanha para as presidenciais, Francisco Sá Carneiro tinha agendado uma deslocação ao Porto para participar num comício destinado a apoiar o candidato presidencial da coligação, o general António Soares Carneiro. O avião onde seguia despenhou-se instantes após a decolagem. O primeiro-ministro teve morte imediata. Juntamente com ele faleceu a sua companheira, Snu Abecassis, e o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa.

A acção política de Francisco Sá Carneiro durou apenas uma década, mas deixou uma muito profunda marca. Foi o “fundador da direita democrática”, afirma António Costa Pinto, professor do Instituto de

Ciências Sociais. Nunca teve receio de rupturas. Em nome de um Portugal moderno e democrático.

Como Sá Carneiro se demitiu da Assembleia Nacional em 25 de Janeiro de 1973

Em fins de 1972, Sá Carneiro, a esperança e a bandeira dos que, em Portugal, ainda acreditavam numa transição pacífica para a democracia, tinha desesperado do papel da Ala Liberal da Assembleia, que tinha a sua voz política e legislativa sufocada pelos próceres da Direita pura e dura, entre eles casal Ribeiro. As esperanças desvaneciam-se e Sá Carneiro, como sempre, lançou um grito de revolta e demitiu-se. O combate continuaria por outros meios...

“Quando, em 1969, aceitei a candidatura a Deputado à Assembleia Nacional, para a qual fui convidado pela extinta União Nacional, logo dei conhecimento aos seus dirigentes das condições dessa aceitação: a de que ela não implicava o compromisso de apoiar o Governo e tinha essencialmente como fim pugnar pelas

reformas políticas, sociais e económicas, assegurando “O exercício efectivo dos direitos e liberdades fundamentais expressos na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos do Homem”...

Norteado por aqueles princípios procurei desempenhar-me do meu mandato o melhor que soube e pude, sem pensar em desistir, como frisei na sessão de 18-1-1972, antes porfiando no esforço que me impunha o cargo de Deputado.

Já então o projecto de revisão da Constituição e o projecto de lei de imprensa haviam sido retirados da discussão e votação na especialidade; e tinha já sido rejeitado liminarmente o projecto de lei de declaração de inconstitucionalidade...

Como então declarei, entendo que tal procedimento é contrário à Constituição e ao Regimento e que “coarcta inadmissivelmente os direitos e deveres constitucionais e regimentais dos deputados, implicando uma denegação de discussão e votação na especialidade a que as propostas de alteração têm jus, com graves consequências políticas e legislativas”.

Não obstante, mantive-me no desempenho do meu cargo, procurando continuar a lutar pelas reformas legislativas que entendo indispensáveis e urgentes.

Já no decurso da actual sessão legislativa foi recusado seguimento, por terem sido havidos como inconvenientes, os seguintes projectos de lei, por mim subscritos, relativos a: “Liberdade de Associação”, “Liberdade de Reunião”, “Funcionários Cívicos”, “Alterações ao Código Civil” (divórcio e separação de pessoas e bens) e “Organização Judiciária”...

Acabo de ter conhecimento de que o meu projecto de lei sobre “Amnistia de crimes políticos e faltas

disciplinares” foi reputado “gravemente inconveniente” pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, a qual acompanha o seu parecer de considerações que reputo absolutamente infundadas e inadmissíveis e que integralmente repudio.

A sistemática declaração de inconveniência atribuída, nestes dois meses passados, aos meus seis projectos e as inusitadas considerações agora, pela primeira vez, produzidas pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, levam-me a concluir à evidência não poder continuar no desempenho do meu mandato sem quebra da minha dignidade, por inexistência do mínimo de condições de actuação política livre e útil que reputo essencial.

Assim, e através desta declaração pública, renuncio ao mandato de deputado pelo círculo eleitoral do Porto, nos termos do disposto no artº 85º, parágrafo 4º da Constituição Política da República Portuguesa. - **Porto, 25 de Janeiro de 1973**

Final

O vazio que Sá Carneiro deixou na política e no destino de Portugal, é evidente, hoje como ontem.

Não falta quem compare o seu destino trágico ao do jovem Kennedy, ceifado em Dallas, quando os Estados Unidos e o Mundo começavam a respirar esperança.

Francisco Sá Carneiro era a esperança e a inspiração da maioria dos Portugueses. Deixou-nos o nosso Partido, a sua inspiração, a sua memória. Nestes tempos de crise e de incerteza, em que Portugal, mais que nunca, precisa do PSD, sejamos dignos da sua herança!

- PL



O PS já está na “caça ao voto” ... Cedências na Educação, previstas para as vésperas de eleições

A ministra da Educação na sua mais recente presença no Parlamento, disse claramente que o modelo de avaliação dos professores pode vir a ser «alterado e até substituído». Mas não, nunca, jamais, neste ano lectivo - mas para o próximo!

Um calendário que permite a Maria de Lurdes Rodrigues avancar para negociações com os docentes pouco antes das legislativas de 2009

O modelo de avaliação dos professores pode ser alterado ou mesmo substituído no próximo ano lectivo - mas no actual é para aplicar. Foi isto que a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, foi dizer ao Parlamento, perante uma oposição que, de forma unânime, exige a suspensão do processo. Nem pensar, foi a reacção da ministra - o modelo tem de ser aplicado para que possa ser avaliado. Uma avaliação que abrirá espaço à negociação no final do ano lectivo. Ou seja, pouco antes das legislativas.

“Uma vez iniciada neste ano lectivo uma avaliação séria dos professores estarei totalmente aberta a que se discutam todas as alterações, todas as melhorias a este modelo, ou mesmo à sua substituição”, afirmou a ministra da Educação, antes de acrescentar - “Mas nos actos lectivos seguintes, não neste.”

A disponibilidade de Maria de Lurdes Rodrigues para aceitar alterações fica assim remetida para os meses de Junho/Julho do próximo ano - ou seja, nas vésperas das eleições legislativas, que deverão ser marcadas para Setembro.

A posição de Maria de Lurdes Rodrigues foi depois reiterada pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, mas com uma mensagem dirigida aos sindicatos do sector: “Da aplicação dos modelos de avaliação decorrem conclusões que um acompanhamento adequado permite identificar. É isso que está a ser feito”, sublinhou, antes de advertir que o Governo “não negocia sob chantagem ou ultimato”.

Declarações que não impediram a responsável da Educação de avaliar o modelo, na versão anterior às alterações introduzidas pelo Executivo nas últimas semanas: “Era mais burocrático do que devia, provocando uma sobrecarga de trabalho burocrático aos professores, avaliadores e avaliados”.

Recusando as acusações de “intransigência”, a titular da Educação insistiu, no entanto, que a suspensão do processo de avaliação seja uma hipótese admissível. “Não posso aceitar. A consequência seria o regresso ao passado e isso não admitirei”, sublinhou, acrescentando que “só o conservadorismo, à esquerda e à direita, ficaria contente” com esta situação.

Sindicatos à espera

O anúncio da ministra criou alguma expectativa entre os sindicatos, que ainda assim vão avisando que querem mais garantias antes de se sentarem à mesa das negociações. “Registámos essa informação, embora ainda falte saber muita coisa em relação à forma como esse ‘novo modelo’ poderá ser discutido e com que disponibilidade do Ministério da Educação para ouvir propostas diferentes da sua”, disse ao DN João Dias da Silva, secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE).

Questionado sobre se era este o “sinal” que a Plataforma esperava receber do Governo depois da greve de terça-feira, considerou que este “ainda não chega” para se tirarem conclusões, mas pode ser um “ponto de partida”. Para este sindicalista, “está mais do que provado” que o actual modelo de avaliação “não funciona” e não pode ser aplicado este ano lectivo. Mas Dias da Silva até admite que o ministério se sente à mesa com os sindicatos com a intenção de o manter até Junho, “desde que não o faça de forma inflexível, e aceite discutir outras alternativas”.

Já Carlos Chagas, da Federação Nacional do Ensino e Investigação (Sindep/Fenei) considerou as declarações da ministra “um paradoxo político”, hesitando em ler nelas um sinal de abertura: “Não se pode alterar três vezes um modelo, depois admitir que ele pode ser totalmente substituído, e insistir na sua manutenção este ano só por uma questão de teimosia”, criticou. (*)

Mário Nogueira, líder da Fenprof (Federação Nacional dos Professores) e da “plataforma”, desafiou o ministério a convocar rapidamente os sindicatos para uma reunião onde “tudo esteja em aberto”, relativamente ao processo de avaliação. Incluindo a sua suspensão imediata. – *Com agradecimentos ao DN, © Susete Francisco, Pedro Sousa Tavares e Vasco Neves*

(*) – Nota da Redacção do PL: É evidente que não se trata de teimosia, mas de tática eleitoral. Mantendo o modelo, não cedendo na aplicação em 2008, mantém-se o descontentamento dos professores; depois, vem 2009 e a pouco tempo das eleições, a ministra cede em toda a linha (lá se vai a “determinação”), – e eis uma classe combativa e motivada, que de repente fica “amansada” e receptiva ao voto no PS. O “timing” é tudo, mesmo imolando Maria de Lurdes Rodrigues no altar de Sócrates.

Nas palavras “imortais” de Guterres: «É a vida!»...

Local

Notícias de Aveiro

Acção de Formação sobre “Resposta Integrada na Violência Doméstica”

A Câmara Municipal de Aveiro informa a realização de duas Acções de Formação: a primeira “Resposta Integrada na Violência Doméstica” realizou-se no dia 9 de Dezembro e a segunda, para Voluntários terá lugar no dia 13.

A “Acção de Formação – Resposta Integrada na Violência Doméstica” tem por finalidade apresentar e disseminar o produto “Resposta Integrada na Violência Doméstica – Guia de Intervenção”, construído no âmbito da parceria do Projecto “Para uma Vida Nova” do Programa

Comunitário EQUAL, cuja essência foi criar uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada na violência doméstica, procurando potenciar os recursos existentes através da implementação de um programa de respostas integradas.

Com esta formação pretende-se ainda contextualizar o Projecto “Para uma vida nova...” existente no Concelho de Penafiel, identificar componentes de um sistema de intervenção integrada na violência doméstica, reconhecer o modo de operacionalização das dimensões do





sistema deste tipo de intervenção, promover uma metodologia de trabalho em equipa e fomentar a aplicação prática da “Resposta Integrada na Violência Doméstica”.

Ministrada por um técnico da APAV – Porto e um técnico do projecto “Para uma vida nova”, a formação dirige-se a técnicos que intervêm na área da violência doméstica. Decorrerá no dia 9 de Dezembro, das 14.00 às 18.00 horas, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

A segunda acção de formação destina-se a voluntários inscritos no Banco de Voluntariado de Aveiro. Realizar-se-á no dia 13 de Dezembro, das 9.15 às 17.30 horas, na Casa Municipal da Cultura – Edifício Fernando Távora.

Esta formação surge no âmbito da dinamização do Banco de Voluntariado de Aveiro onde serão enquadradas as solidariedades e o seu papel na sociedade ao longo da história e nos dias de hoje, reflectindo sobre representações sociais dos voluntários. Por outro lado, os aspectos técnicos inerentes à prática do voluntariado serão analisados. Aos voluntários serão dadas indicações respeitantes ao seu papel, direitos e deveres que lhe estão associados e haverá ainda a reflexão sobre a prática do voluntariado em diferentes contextos de intervenção.

O programa da acção de formação é o seguinte:

- 9.15 horas - Sessão de Abertura
 9.30 I 12.30 horas – Módulo I – Introdução ao Voluntariado
- 1- Conceito de Voluntariado;
 - 2- O Voluntariado em Portugal – Breve Síntese;
 - 3- Breve Caracterização do papel do voluntário na sociedade civil;
 - 4- Solidariedade – Conceitos e Modelos;
 - 5- Regime Jurídico do Voluntariado:
 - 5.1- Direitos e Deveres do Voluntário;
 - 5.2- Ética e Deontologia do Voluntário;

Aldemira Cónego – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

14.30 I 17.30 horas – Módulo II – O Voluntário na sua intervenção

- 1- As motivações para o voluntariado;
- 2- Diferentes papéis que o voluntário pode assumir numa instituição;
- 3- Relacionamento interpessoal com os profissionais;
- 4- Relacionamento interpessoal com os beneficiários.

Aldemira Cónego – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

- *CM Aveiro*

Notícias de Braga

Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Braga

Decorreu na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Braga uma reunião entre autarcas da Coligação “Juntos por Braga”, liderados por Ricardo Rio, e dirigentes daquele Sindicato.

Perante a grave crise económica que afecta o país e particularmente o distrito de Braga, continuaram assim os encontros com os representantes daqueles que mais directamente sofrem os efeitos de um clima de depressão e pessimismo.

Cumprindo a obrigação de políticos responsáveis, a quem brevemente se colocarão desafios de governação, os elementos da Coligação deslocaram-se junto de um dos Sindicatos com mais pergaminhos no concelho, ou não fosse Braga um dos principais centros comerciais do Norte do País.

Expondo os problemas concretos com que se deparam, no dia-a-dia, os trabalhadores do sector terciário, o Sindicato elencou como combates prioritários os da reafirmação dos direitos da paternidade/maternidade dos trabalhadores, do efectivo apoio social aos mesmos aquando dos (sucessivos) despedimentos por parte da Segurança Social e os da reivindicação de maior estabilidade nos postos de trabalho.

Traçando um cenário negro do panorama actual do consumo privado, o Sindicato admitiu que os tempos que aí vêm não serão fáceis e que, também por isso, impõe-se uma postura de maior celeridade e efectividade por parte do apoio prestado pela Segurança Social. Mostrando-se revoltados pelos entraves administrativos existentes à reclamação do subsídio de desemprego, o Sindicato reclamou o esclarecimento cabal desta postura, algo que mereceu a total aprovação de Ricardo Rio e restante Coligação que prometeram interceder junto das instâncias competentes para o esclarecimento e correcção da situação.

Também na lista de prioridades esteve o dossier “grandes superfícies”, sobre o qual as opiniões foram moderadamente positivas. Por um lado foi relevado o papel destas estruturas na criação de emprego, mas, por outro, lamentou-se a excessiva precariedade da maioria dos contratos que aí vigoram e lamentou-se o impacto negativo sobre o comércio tradicional.

Sobre a proposta da criação de uma Escola de Comércio a reacção foi



entusiástica e muito positiva, lembrando-se com nostalgia o papel que as antigas escolas profissionais desempenharam na formação de quadros competentes e aptos a singrar no mundo do emprego.

Neste sentido, foi lamentado o residual papel da formação na actualização de conhecimentos e competências dos trabalhadores, dado que, as mais das vezes, a tal formação mais não é do que um pretexto para um concurso a fundos europeus, ao invés de se traduzir em efectivas acções de enriquecimento técnico-profissional dos trabalhadores e gestores das unidades comerciais.

Concluindo a discussão sobre esta temática foi ainda denunciado o elevado número de jovens licenciados que se socorrem do sector do comércio para colmatar a depauperada oferta nas profissões mais altamente qualificadas.

O impacto de programas como o UrbCom e o ModCom foi abordado, reconhecendo-se a sua importância, sobretudo no que à melhoria das condições de trabalho, higiene e segurança diz respeito.

Consensuais foram as causas do actual mau desempenho do comércio tradicional. Para além da forte concorrência das grandes superfícies, a conjuntura económica e a pouca diversidade da oferta (centrada na restauração) concorrem para que este seja um tempo de retração da oferta, com vários estabelecimentos a fecharem portas.

Numa nota final, Ricardo Rio

relevou 3 aspectos:

- “Teremos particular atenção aos problemas dos trabalhadores e estaremos na primeira linha da defesa das boas práticas laborais, estando disponíveis para a sensibilização das entidades patronais”;

- “A postura da Segurança Social merecerá reparos da nossa parte pois, uma entidade cuja vocação deve ser de facilitação e agilização dos processos tendentes à promoção de apoio social não pode nem deve constituir-se como um obstáculo a tal desiderato”.

- “A consciência de que este é um sector histórico no concelho e cujas repercussões sociais são de grande monta exigem uma postura de intransigência na sua defesa e dinamização, algo com o que me comprometo incondicionalmente”.

Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga promovem a instituição de um Conselho Económico e Social Local.

PROPOSTA

Considerando que:

i) a Autarquia tem que estar atenta às condições socio-económicas da população do Concelho e, sobre estas, deve assumir quer uma postura preventiva da sua degradação, quer políticas mitigadoras das dificuldades que se deparam à generalidade da população;

ii) o acesso ao emprego e as condições de trabalho são um elemento crucial para o bem-estar da população e para os indicadores de

qualidade de vida do Concelho;

iii) tal como a generalidade do País, a população de Braga enfrenta hoje sérias dificuldades económicas, agravadas pelo encerramento de várias unidades empresariais, pela diminuição das oportunidades de emprego e pelos despedimentos em curso nos diferentes sectores de actividade, pela falta de possibilidades de colocação para milhares de jovens licenciados do Concelho, pela crescente precariedade das condições de trabalho de muitos trabalhadores;

iv) o tecido empresarial local carece de impulsos e de uma envolvente mais favorável aos ganhos de competitividade de que necessita para enfrentar uma concorrência crescente e global;

v) a Câmara Municipal de Braga não se pode demitir de assumir um

papel de catalisador do crescimento económico do Concelho, em constante colaboração com as Associações Empresariais, as Universidades, os Sindicatos, as Empresas e os diferentes organismos públicos;

vi) estão já em curso trabalhos de concertação de posições entre vários parceiros sociais, que procuram identificar respostas à actual conjuntura económica e social, aos quais a Autarquia não pode ficar alheia;

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 11 de Dezembro de 2008, a proposta de organização de uma Reunião Informal do Executivo Municipal com os Parceiros Sociais locais. Em conformidade,

1) A Câmara Municipal de Braga deve convidar os dirigentes de todas as Associações Empresariais representadas no Concelho (incluindo as Associações representativas do Empresários dos Parques Industriais), dos Sindicatos, das Universidades, do Centro de Emprego de Braga e da Segurança Social, os representantes da Diocese e das principais IPSS do Concelho e, bem assim, os representantes da Administração de Empresas que pelo seu volume de emprego possam justificar a sua participação, para uma reunião Informal com o Executivo Municipal a ter lugar até ao final do ano de 2008;

2) Da agenda desta reunião devem constar apenas três pontos: 1. Diagnóstico Económico do Concelho; 2. Diagnóstico Social do Concelho; 3.

Propostas de Acção.

3) As Propostas de Acção devem coligir sugestões de iniciativas, medidas e projectos a desenvolver pelo Município de Braga (porventura em parceria com outras entidades) ou um caderno de reivindicações/propostas a submeter ao Governo Português e/ou à CCDR-N, se no âmbito da Gestão das Candidaturas a Fundos Comunitários.

4) Ainda no âmbito do Ponto 3 da Agenda, devem os Parceiros avaliar a razoabilidade de criação de um Conselho Económico e Social Local, a reunir periodicamente, sob a égide da Câmara Municipal de Braga, com este espectro de intervenção. - *Os Vereadores, Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo e Américo Afonso*

Notícias de Cascais

António Sacadura Monteiro recebe «Prémio do Mar Rei D. Carlos»



António Sacadura Monteiro foi o vencedor da edição de 2008 do Prémio do Mar Rei D. Carlos, com a obra "A Pesca – Luz e Sombra do Homem", galardão que recebeu no dia 4 de Dezembro, em cerimónia pública no Museu do Mar – Rei D. Carlos, Cascais, às 18h00.

Instituído pela Câmara Municipal de Cascais, este prémio pretende homenagear o monarca e o estudioso do mar que foi o Rei D. Carlos, por todos considerado um pioneiro da ciência oceanográfica para sempre ligado à história da Vila de Cascais.

De carácter anual, esta distinção contempla alternadamente trabalhos de investigação nos domínios da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e da Biologia Marinha e Oceanografia Biológica.

Na ocasião foi apresentada a obra "Culturas Marítimas em Portugal", publicada pela Âncora Editora, que apresenta um conjunto de textos assinados por antropólogos e historiadores empenhados na investigação em torno das culturas marítimas e dos diversos temas e problemáticas que elas suscitam.

A apresentação da obra premiada e do livro "Culturas Marítimas em Portugal" esteve a cargo do Prof. Carlos Sousa Reis, investigador e docente universitário nos domínios da Ecologia Marinha, Recursos Vivos Marinhos, Pescas e Ordenamento do Litoral. - **CMC**



Notícias do Barreiro

Bruno Vitorino defende acessibilidade das pessoas com deficiência

O vereador social-democrata Bruno Vitorino, da Câmara do Barreiro, anunciou que vai apresentar uma proposta junto do executivo para que seja criado um Projecto Municipal que promova a acessibilidade das pessoas com deficiência.

"Este assunto não tem a ver com o meu pelouro, o do Ambiente, mas esta questão faz parte das minhas convicções e falei sobre o assunto na altura das eleições" pelo que "não vou esperar mais" já que, no terreno não existe nada de concreto, continua tudo na mesma", disse em conferência de imprensa.

Na véspera do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, Bruno Vitorino explicou que a sua ideia tem como objectivo criar circuitos acessíveis nas freguesias do Barreiro, de modo a que todas as pessoas possam aceder aos serviços considerados essenciais.

"A lei permite a criação de unidades orgânicas matriciais e temporárias para um determinado objectivo. Penso que em 3/4 anos se pode acabar o diagnóstico, calendarizar intervenções no terreno e intervir, por exemplo, numa freguesia a cada seis meses, eliminando as barreiras de forma progressiva e programada", explicou.

"É possível fazer e não carece de muitos recursos, tal como outros concelhos o fizeram", acrescentou.

O vereador mostrou-se também disponível para assumir a coordenação do projecto, se essa for a vontade do executivo liderado por Carlos Humberto (PCP).

"Não é um presente envenenado, estou disponível para coordenar o projecto se for essa a vontade do executivo. Num ano penso que se podem apresentar resultados e é bom que se perceba que para se concretizar esta proposta não tem que se rebaixar todos os passeios do Barreiro", afirmou.

Bruno Vitorino apresentou a proposta na reunião privada de Câmara, na manhã de quarta-feira passada. - **CPS/PSD-Barreiro**



Notícias dos Açores

PSD “pede responsabilidades” pela falta de água em Angra

Os deputados do PSD eleitos pela ilha Terceira pediram “responsabilidades” à secretaria regional do ambiente e do mar relativamente “aos graves constrangimentos da falta de água em Angra do Heroísmo”, realçando “o incumprimento dos objectivos previstos no plano regional da água (PRA) – aprovado em 2003 -”, nomeadamente “a falta de monitorização dos recursos hídricos e as medidas de protecção às origens da água na ilha”.

Para os sociais-democratas é “urgente saber que comentários merece da tutela toda esta situação, inadmissível em pleno século XXI, e vivida em Angra do Heroísmo”, considerando que a mesma “tem criado danos fatais à população e empresas do concelho”, pelo que querem saber “o que vai a secretaria regional fazer a esse nível”, refere um requerimento enviado esta manhã à assembleia legislativa.

Segundo os parlamentares, o executivo deve esclarecer “se houve algum contacto com o município de Angra, no sentido de pôr em prática o PRA” e se foi “enviada documentação para auxiliar na gestão e planeamento dos investimentos a realizar na área dos recursos hídricos”, isto sabendo-se que ambos os concelhos da ilha Terceira “têm sido sujeitos a graves constrangimentos com problemas no abastecimento de água desde Junho”.

Recordando que, “em Outubro de 2003 o governo adjudicou, por 170 mil euros, um estudo sobre a gestão e abastecimento da água na região”, então para “dar orientações sobre a



forma como de dirigir os investimentos no sector” - e cujo prazo de elaboração “era de seis meses” -, o PSD solicita “as conclusões desse estudo e a divulgação das medidas tomadas em sequência do mesmo”, esclarecem.

No tocante a “apurar responsabilidades” a missiva laranja não se fica por aqui, já que “também a secretaria regional das obras públicas e equipamentos deve ter a noção dos danos causados pelas obras na via Vitorino Nemésio”, estrutura onde “a falta de planeamento e coordenação com a autarquia angrése”, nomeadamente “na identificação das condutas que atravessam o local”, levou “a múltiplas rupturas que determinaram o desperdício de elevadas quantidades de água”, explicam.

Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura querem igualmente saber “que tipo de licença foi atribuída à pedreira em actividade na zona do Cabrito” e “se foram exigidos registos dos rebentamentos”, pedindo ao governo “dados sobre a licença de exploração da pedreira em causa, com enfoque nas obrigações a cumprir”, uma vez que a actividade daquela unidade “é aventada como causadora de danos no subsolo”.

Os deputados também se referem ao “descrédito das supostas explicações” do estudo encomendado pela autarquia angrése para apurar as razões da falta de água, já que “dados do instituto de meteorologia e do Prof. Eduardo Brito – Universidade dos Açores – afastaram a falta de chuva como causa”, pois “confirmam padrões de comportamento

considerados normais ao nível da pluviosidade em 2007/2008”, levantando a questão de “as interrupções verificadas nos meses de Junho e Julho terem sido causadas pelas obras na via rápida”, concluem.

Silêncio sobre o Hospital «Boa Nova» indigna PSD/Açores

O PSD/Açores quer informações do governo regional sobre o acordo verbal, “assumido com o ministério da defesa”, que determinou a cedência do hospital da Boa Nova, em Angra do Heroísmo, à região”, concretamente se o executivo tem conhecimento “das razões que determinaram o recente aparecimento do imóvel na lista de bens destinados a rentabilização”.

O assunto orienta um requerimento enviado esta manhã à assembleia legislativa pelos deputados social-democratas eleitos pela Terceira, onde os parlamentares alertam para facto de tal inclusão “apenas permitir uma futura concessão se for efectivada a desafecção do domínio público do estado”, o que poderá “frustrar quaisquer expectativas da transmissão da propriedade do edifício para a região”, explicam.

Segundo Carla Bretão, “foi o próprio presidente do governo regional que, em Abril de 2006, revelou haver essa concordância do ministério da defesa Nacional e que o executivo pretendia instalar a colecção militar do Museu de Angra do Heroísmo no edifício”, pelo que não se pode aceitar que a situação, “ainda mais ocorrida em Angra do Heroísmo, cidade património da humanidade, estar ainda por resolver”, revela, dando voz

à indignação do partido.

A deputada acrescenta que o hospital da Boa Nova é “um monumento nacional e um imóvel de interesse público regional, para além de ser sempre referenciado como ponto de interesse turístico”, pelo que “não se entende a indiferença oficial ao estado deplorável e de abandono em que se encontra um edifício que tem um cariz arquitectónico ímpar”, sendo assim urgente saber “que medidas equaciona o governo regional tomar a esse respeito”, explica.

“Passados que estão mais de dois anos, a situação não está resolvida, não se valorizando que Angra do Heroísmo tenha o privilégio de albergar um dos hospitais militares mais antigo do mundo – e o primeiro a ser construído de raiz em território português –, considerando a deputada que é indiscutível “uma certa inércia do governo da república, independentemente da cor partidária, perante a resolução do problema”.

Carla Bretão recorda que, em Agosto deste ano, foram já resolvidas “outras situações idênticas”, em Santa Maria e nas Flores, concretamente “a desafecção do domínio público do estado, de um edifício e duas parcelas de terreno”, com a autorização “para venda ou cedência à região e respectiva integração no domínio público”, conclui.

Requerimento

Assunto: Hospital da Boa Nova

Angra do Heroísmo tem o privilégio de albergar um dos Hospitais militares mais antigo do mundo - o primeiro a ser construído de raiz em território Português – no entanto, tem o infortúnio de não lhe ser dado o devido valor.

Este é um edifício sob a tutela do Ministério da Defesa, classificado como monumento nacional e imóvel de interesse público regional, para além de ser sempre referenciado como ponto de interesse turístico.

Quem por lá passa não pode ficar indiferente ao estado deplorável e de abandono em que se encontra este edifício de cariz arquitectónico ímpar.

Indiscutível, porém, é o facto de que tem havido uma certa inércia do Governo da República perante a resolução desta situação, independentemente da cor partidária.

Pelo contrário, vemos resolvidas, com a publicação, em Agosto deste



ano, de dois Decretos-Lei, outras situações idênticas, noutras ilhas dos Açores, concretamente:

- Ilha de Santa Maria (Decreto-Lei nº 161/2008 que prevê a desafecção do domínio público do Estado, de um edifício e respectivo terreno anexo, e autorização para venda à RAA);

- Ilha das Flores (Decreto-Lei nº 162/2008 que prevê a desafecção do domínio público do Estado, de uma parcela de terreno, e integração no domínio público da RAA).

Por tudo isto, não entendemos o porquê desta situação, em Angra do Heroísmo, classificada como Património da Humanidade, ainda estar por resolver.

No entanto, o Senhor Presidente do Governo, em Abril de 2006, aquando de uma visita ao Museu Carlos Machado referiu que: "(...) o Ministério da Defesa Nacional já concordou verbalmente com o



Governo Regional para a cedência do edifício conhecido como o Hospital da Boa Nova, na ilha Terceira, onde o Governo pretende instalar a Colecção Militar do Museu de Angra do Heroísmo."

Perante esta concordância verbal, dada ao Senhor Presidente do Governo Regional, não podemos entender, por um lado, porque razão até este momento, passados que estão mais de dois anos, a situação não está resolvida e, por outro, porque razão este edifício aparece inscrito numa lista de bens "disponibilizados para rentabilização nos termos previstos na Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares".

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Porque nunca se concretizou o

acordo verbal, entre o Governo Regional e o Ministério da Defesa, que determinava a cedência do imóvel à Região, à semelhança do que aconteceu noutras ilhas dos Açores?

2. Tem conhecimento o Governo Regional das razões que determinaram o aparecimento deste edifício na lista de bens destinados a rentabilização?

3. Tem a tutela noção de que a inclusão deste edifício classificado numa lista de bens destinados a operações de rentabilização permitirá apenas uma futura possível concessão, uma vez efectuada a desafecção do domínio público do Estado, que poderá frustrar quaisquer expectativas da transmissão da propriedade deste edifício para a Região?

4. Que medidas equaciona o Governo Regional tomar a este respeito? - **Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (Deputados Regionais)**

Convocatórias



AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Azambuja, para reunir no próximo dia **10 de Janeiro de 2009**, (sábado), pelas **14H30**, no Edifício da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas, devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, na rua das Eiras, 66, Vale do Paraíso.

As urnas estarão abertas entre as 14H30 e as 17H30.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Geral, a realizar no próximo dia **20 de Dezembro de 2008**, (sábado), pelas **21H00**, na Casa do Povo de Condeixa-a-Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação política concelhia a apresentar pela Comissão Política de Secção.

2 – Medidas a adoptar para o ano de 2009

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção, para reunir no próximo dia **19 de Dezembro de 2008** (sexta-feira), às **20H30**, na sua Sede, sita na Rua Direita nº 20 em Coruche, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar, discutir e deliberar sobre as Contas da Secção do ano de 2007;

2. Apreciar, discutir e deliberar sobre o Orçamento da Secção para o ano de 2009;

3. Apreciar, discutir e deliberar sobre a situação política local e seus reflexos a nível partidário, na perspectiva das Eleições Autárquicas que se realizarão em 2009.

Notas: Se à hora marcada para o início da reunião, não estiver reunido o "quórum" necessário para que ela possa funcionar, os trabalhos terão início às 21H00, com qualquer número de presenças conforme estipula o Art.º66º-2 dos Estatutos do PSD.

Fica sem efeito a convocatória anterior publicada e convocada para o dia 12 de Dezembro de 2008

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Figueira de Castelo Rodrigo, para reunir no próximo dia **10 de Janeiro de 2009**, (sábado) pelas **14H30** no Edifício da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, sito na

Rua de Santa Maria de Aguiar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, na Av. Heróis de Castelo Rodrigo n.º 16, r/c, direito, em Figueira de Castelo Rodrigo.

As urnas estarão abertas entre as 14H30 e as 17H30.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir no próximo dia **17 de Dezembro de 2008**, (quarta-feira) pelas **21H00** na sede concelhia, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B na Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Análise da situação política a nível local e nacional

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia **18 de Dezembro de 2008**, (quinta-feira), pelas **21H00**, na sede sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 – r/c – Dtº, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações
2 – Análise da situação política local e nacional

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia **09 de Janeiro de 2009**, (sexta-feira) pelas **21H30** na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações
2 – Análise da situação política



SECÇÃO H DE LISBOA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário Ordinário de militantes da JSD Secção H a realizar no próximo dia **9 de Janeiro de 2009**, pelas 21 horas, na sede da secção, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21, sub-cave, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;

2. Análise da situação Política.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Maria Mendes de Almeida)

LOULÉ

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé da JSD, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 22 de Dezembro de 2008, pelas 21



horas, na Sede do PSD, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações Diversas;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa da Assembleia da JSD/Loulé
(Horácio Guerreiro)

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Fornos de Algodres, para reunir no próximo dia **9 de Janeiro de 2009**, pelas 18h30, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Fornos de Algodres;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Fornos de Algodres.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h30 e as 20h00 horas em sistema de urna fechada.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Nelson Costa)

SEIA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Seia, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, pelas 19 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Seia;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Seia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 19 horas e as 21 horas, em sistema de urna fechada. As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Nelson Costa)

CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, pelas 19 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Definição do calendário eleitoral dos órgãos distritais e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Guarda;

2 – Eleição do representante do

distrito no Conselho de Jurisdição de 1.ª instância.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Nelson Costa)

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Tomar para o Plenário Eleitoral a realizar no dia 24 de Janeiro pelas 16 horas, na Sede do PSD, na Rua da Fábrica da Fiação, n.º 57, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário de Comissão Política de Secção;

2 – Informações e análise da situação política.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16 às 17 horas.

O Presidente da Mesa
(António Manuel Jorge)

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário eleitoral da Secção de Ansião, para o dia 10 de Janeiro de 2009, pelas 16 horas, na Sede Concelhia da JSD, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 1.º, em Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas das 16h30 às 17h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário eleitoral da Secção da Batalha, para o dia 31 de Janeiro de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD, na Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário eleitoral da Secção de Leiria, para o dia 10 de Janeiro de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia da JSD, sita na Av. José Jardim, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário de Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas das 18h30 às 19h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário eleitoral da Secção de Pedrogão Grande, para o dia 31 de Janeiro de 2009, pelas 15

horas, na Sede Concelhia da JSD, sita no Largo da Restauração, em Pedrogão Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2 – As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD

(João Pedro Ferreira)

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da Marinha Grande, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2008, pelas 17 horas, na Sede da Secção, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;

2 – Entrega do Kit Militante;

3 – Próximas actividades;

4 – Outros assuntos.

A Presidente de Mesa

(Joana Fortunato)

NESD – UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Aveiro, para o dia 17 de Dezembro de 2008, a realizar nas instalações distritais do Partido Social Democrata na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas, 3810-498 Aveiro, às 19h30 com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

2. Análise da Situação Política

3. Outros Assuntos

O Presidente da Mesa de Plenário de NESDUA

(Marco António da Costa Gonçalves)



Órgãos Eleitos no Congresso da JSD

Mesa do Congresso

Presidente – Daniel Fangueiro
Vice – Pedro Pereira
Vice – Luís Correia
Secretário – Sara Santos
Secretário – Pedro Ferreira

Jurisdição

Tiago Gonçalves
Pedro Figueiredo
Pedro Matos
Ana Carolina Figueira
Raquel Silva
Gonçalo Gomes
Victor Rocha

CPN

Presidente - Pedro Rodrigues

Vices:

Paulo Leitão
Joaquim Cruz
Luís Vales
Ricardo Sousa
Duarte Marques

SG - António Amaro

Vogais
José Ariceiro
Miguel Martins
Simão Ribeiro
Pedro Pimpão
Ruben Santos
Hugo Soares
André Pardal
Maria João Ramos
Ivo Santos
Bruno Costa

SG ADJ:

Carlos carvalho
Jorge Garcez
Marco Claudino
Roberto Barbosa
Mafalda Cardoso
Tiago Sá Carneiro
Fernando Alves
Luís Santos
Suplentes:
Jorge Ferreira
Hugo Sampaio
António Trigueiros
Márcio Oliveira
Filipe Vítor
João Oliveira
Diogo Santos

Conselho Nacional

Vania Jesus
Claudio almeida
José Regalado
Rui Freitas
Luis nazareth
Miguel Gomes
Ricardo Bessa
João Costa
Renato Pereira
Carlos Veloso
Alberto Fonseca
Nuno Rio
Diogo Valentim
Luís Carneiro
Ricardo Carvalho
Bernardo Barros
João Sousa
Adriano Filipe

Gonçalo Gaspar
Valdemar Oliveira
António Cardoso
Frederico Amorim
Filipe Nunes
Miguel Salvador
Paulo Páscoa
Juan França
Alexandra Reis
Marco Sousa
Carlos Pacheco
Paulo César Luís
José Campos
Alexandre Cunha
Eduardo Bandeira
Bárbara Vasconcelos
José Rodrigues
José Miguel Antunes
Rui Colmeais
Paulo Enes
José Baptista
Nuno Caetano
Diogo Gomes
João Annes
Ricardo Azevedo
Pedro Esteves
Manuel Saramago
Rómulo Coelho
Paulo Resende
Rogério Rebelo
Bruno Martinho
José Oliveira
Edgar Mendes
Pedro Pólvora
Alexandre Resende
Desidério Santos
Ana Rei